

ECONOMIA E PODER EMPRESARIAL NO BRASIL E NA AMÉRICA LATINA: novas perspectivas empíricas e metodológicas

DOSSIÊ 2

Rodrigo Salles Pereira dos Santos*
Rodolfo Palazzo Dias**
Thiago Aguiar***

INTRODUÇÃO

O dossiê “Economia e poder empresarial no Brasil e na América Latina: novas perspectivas empíricas e metodológicas” reúne artigos que exploram sociologicamente as relações entre ação e estrutura econômicas de uma perspectiva singular, a saber, das condições potenciais e efetivas do exercício do poder corporativo.¹ O recorte nacional e mesmo regional responde à relativa escassez de trabalhos sobre o tópico.²

Mais amplamente, o conjunto professa uma abordagem socioeconômica³ transdisciplinar, articulando perspectivas teóricas institucionalistas⁴ e de economia política⁵ de modo a dar conta do imbricamento entre os interesses⁶ dos agentes e sua intencionalidade, de um lado; e as condições que tanto possibilitam quanto restringem sua formação e desenvolvimento, de outro.⁷

Recorre-se, portanto, à abordagem institucionalista para melhor definir aspectos que transcendem os agentes, revelando relações de mercado perenes e enraizadas,⁸ bem como a importância das variáveis culturais e políticas na economia. Ao mesmo tempo, o contexto de crise da globalização e de crescentes disputas geopolíticas⁹ torna ainda mais relevante acompanhar as movimentações contemporâneas do

* Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS). Largo São Francisco de Paula, 1, sl. 418. Centro. Cep: 20051-070. Rio de Janeiro – Rio de Janeiro – Brasil. santosrodrigosp@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0003-3640-3365>

** Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFH). Rua: Eng. Agrônomo Andrei Cristian Ferreira. Trindade. Cep: 88040-370. Florianópolis – Santa Catarina – Brasil. rodolfo.dias@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0002-1845-1198>

*** Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH). Rua Cora Coralina, 100. Cidade Universitária Zeferino Vaz, Barão Geraldo. Cep: 13083-896. Campinas – São Paulo – Brasil. thaguaiar@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0001-6114-0208>

¹ Indico conferir Carroll (2010) e Carroll e Sapinski (2018).

² Indico conferir Cárdenas (2012) e Santos e Milanez (2018).

³ Indico conferir Etzioni (1999).

⁴ Indico conferir Fligstein (2001) e Streeck (2019).

⁵ Indico conferir Dicken (2015) e Robinson (2004).

⁶ Indico conferir Swedberg (2005).

⁷ Indico conferir Scharpf (2018).

⁸ Indico conferir Polanyi (2012).

⁹ Indico conferir Fraser (2022), Robinson (2022) e Thompson (2022).

capital, mapeando seus agentes e práticas concretas no Brasil e na América Latina, o que permite matizar ou qualificar as análises recentes sobre o poder corporativo em empresas sediadas no Norte Global.

Os trabalhos também exploram a expressiva variedade de formas organizacionais e estratégias adotadas por agentes centrais no capitalismo contemporâneo, com destaque para as firmas.¹⁰ Nesse sentido, autoras e autores se mostram especialmente atentos aos agentes e estruturas de controle dessas instituições, a exemplo das famílias¹¹ e dos grupos econômicos,¹² respectivamente unidade de ação e forma organizacional arquetípicas nos países da América Latina, assim como em muitas outras economias (semi)periféricas.

Não coincidentemente, a dimensão da política é estruturante do fenômeno, dando forma ao poder corporativo em duas dimensões, a das relações interempresariais e a dos vínculos com o Estado.¹³ Nesse último caso, a relevância conferida à ação estatal e às suas múltiplas agências e estruturas internas se destaca nos textos. O Estado, compreendido seja como um agente-chave na provisão de condições institucionais, seja como o conjunto desses arranjos, sendo ele próprio uma instituição central, influente tanto sobre as economias políticas nacionais quanto sobre as redes globais de produção¹⁴ que as entremeiam, permanece *conditio sine qua non* das relações econômicas contemporâneas.¹⁵

O diálogo entre os artigos explicita a heterogeneidade do capitalismo brasileiro¹⁶ e de seus congêneres latino-americanos¹⁷ a partir de sua dimensão estrutural, articulando investigações sobre infraestrutura, mineração

de ferro, indústria automobilística, mercado bancário e produção de cosméticos. Além de apresentarem uma perspectiva territorializada transversal, de modo a explorar empiricamente dinâmicas de concentração e exercício do poder corporativo reativas a condicionantes setoriais e nacionais particulares.

Esse empreendimento coletivo envolveu o uso de enfoques metodológicos igualmente variados, conjugando pesquisa qualitativa e quantitativa, técnicas de análise documental, Análise de Redes Sociais (ARS), pesquisa bibliométrica, entrevista semiestruturada, etnografia multissituada e observação direta, assim como estudos de caso. Notavelmente, alguns dos trabalhos combinam e mesmo investem na triangulação metodológica como forma de avançar a fronteira de explicação sistemática de seus objetos.

Os temas da regulação financeira, da propriedade e do controle empresariais, do processo de transnacionalização, dos impactos sobre regimes políticos e da territorialização da acumulação do capital são abordados de um enfoque particular, centrado no Sul Global, tensionando explicações normativas e apriorísticas sobre o comportamento dos agentes econômicos e suas consequências, tipicamente associadas a processos de desenvolvimento, definidos, sobretudo, por clivagens racial, de gênero e de classe muito profundas no subcontinente. Mais do que nunca, tal enfoque se impõe diante da corporatização da mudança social que o Brasil e o restante da América Latina vêm enfrentando.

Os organizadores esperam que o dossiê contribua, ainda que modestamente, para tornar mais nítidas as linhas divisórias entre classes e suas frações, elites e seus subgrupos, agentes econômicos, privados e públicos, sem as quais a descrição e a compreensão dos fenômenos socioeconômicos é virtualmente impossível. Antes de mais nada, os vínculos entre ação, estruturas econômicas e poder corporativo são decisivos para os destinos de sociedades demo-

¹⁰ Indico conferir Aguiar (2022) e Crouch (2011).

¹¹ Indico conferir Dias (2022).

¹² Indico conferir Granovetter (2005).

¹³ Indico conferir Block e Evans (2005) e Fligstein (2001).

¹⁴ Indico conferir Henderson *et al.* (2011).

¹⁵ Indico conferir Weiss (2003).

¹⁶ Indico conferir Niederle, Santos e Monteiro (2021).

¹⁷ Indico conferir Bizberg (2019).

cráticas,¹⁸ tendo em conta que firmas, grupos de interesse e elites econômicas, assim como seus representantes de classe, mobilizam política e ideologicamente seu poder, tensionando seriamente os regimes democráticos brasileiro e mexicano em anos recentes, por exemplo.

Finalmente, acreditamos que os trabalhos desenvolvidos pelas autoras e autores aqui reunidos, filiados a instituições de pesquisa relevantes nacional – Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebap), Fundação Getúlio Vargas (FGV), Universidade Federal Fluminense (UFF), Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) – e internacionalmente – Instituto Nacional de Antropologia e Historia (INAH) e Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM), do México; e King's College London, da Inglaterra –, apresentam grande potencial para contribuir para um entendimento sociológico abrangente do nexos economia-poder e, em uma leitura otimista, para a construção de uma agenda de pesquisa centrada na democratização das relações econômicas.

* * *

O artigo de Daniela Constanzo, intitulado “Centrão e empreiteiras no impeachment de Dilma Rousseff”, explora comparativamente três estudos de caso acerca das relações entre agentes públicos e privados em ministérios, empresas estatais, agências reguladoras e empreiteiras, estabelecendo uma “ponte” entre abordagens institucionalistas e de economia política – a American Political Economy (APE) – de modo a compreender a influência recíproca entre corporações de infraestrutura no Brasil (entre as quais, Camargo Corrêa, Odebrecht e Andrade Gutierrez) e organizações estatais. Remontando à conformação de um oligopólio nacional dependente da demanda estatal e à fragmentação do sistema partidário brasileiro,

¹⁸ Indico conferir Streeck (2019).

a autora mostra como a interdependência entre o setor de infraestrutura e o “Centrão” produz um mercado “intrinsecamente político”, enquanto modela um sistema de representação quasi-mercantil.

Mobilizando técnicas de análise de conteúdo e de discurso voltadas à sistematização de depoimentos e documentos oficiais relativos à Operação Lava Jato, assim como entrevistas, a investigação trata de modo integrado os agentes individuais e coletivos e as instituições que tanto permitem quanto restringem os movimentos daqueles. Sua tipologia de esquemas anti-concorrenciais é particularmente instrutiva, porque identifica as práticas, regras e normas, em grande medida informais, que estruturam as relações público-privadas e que, confrontadas com instituições formais criadas para restringir as primeiras, com destaque para o novo regime de licitações, o Regime Diferenciado de Contratação (RDC), canalizam interesses políticos e econômicos e ensejam a ação coletiva que desemboca no golpe contra Dilma Rousseff, impedindo a mudança institucional pretendida. Assim, o modo como os agentes interpretam as instituições a partir de seus interesses¹⁹ é absolutamente central em uma análise abrangente das relações entre Estado e mercado.²⁰

O trabalho de Raphael Lima e de João Dulci (2023), “Corporações, estratégias e instituições: uma análise da Nissan no Brasil”, discute um caso de mudança organizacional no setor automotivo a partir da “ação criativa” de um grupo econômico em processo de transnacionalização. A partir de investigação que combinou pesquisa bibliográfica, entrevistas e análise documental, os autores propõem uma “cesta de indicadores qualitativos”, i.e., governança corporativa, pesquisa, desenvolvimento e inovação, e política de produto, para analisar o planejamento da transformação empresarial da Nissan Motor Co. Assim, os autores demonstram “a capacidade da Nissan [...] de se compor-

¹⁹ Indico conferir Mouallem (2021).

²⁰ Indico conferir Block e Evans (2005).

tar estrategicamente em ambientes institucionais variados”, redefinindo interpretativamente as instituições em seu plano de origem (o Japão) e de destino (o Brasil) (Lima; Dulci, 2023).

O trabalho compreende as instituições como recursos mobilizáveis empregando uma abordagem acionalista, que considera as “relações e interações mútuas e as conversas públicas que [...] [os agentes econômicos] têm sobre as pressões que enfrentam e os problemas que precisam resolver” (Lima; Dulci, 2023). Mostra, assim, como a Nissan implementa uma política de produto único no Brasil, focalizando o segmento de alta renda e o mercado sul-americano, sustentando uma “complexa e onerosa estrutura produtiva” com vistas a “assegurar sua sobrevivência organizacional” (Lima; Dulci, 2023). A corporação japonesa reforça, dessa forma, a heterogeneidade do campo de ação estratégica²¹ que integra, e seu caso sugere que o poder corporativo em um mercado oligopólico como o automotivo confere habilidades de gestão estratégica dos arranjos institucionais nos quais firmas líderes estão necessariamente enraizadas.²²

Em registro complementar, o artigo de Thiago Aguiar, “Transnacionalização corporativa no Brasil: os casos Natura & Co e Vale S.A.”, analisa dinâmicas de formação e evolução corporativa de duas firmas de origem brasileira, mobilizando uma abordagem comparada e dinâmica sobre empresas em processo de transnacionalização. O conceito é central na análise realizada, assim como para os trabalhos reunidos no dossiê, sendo a transnacionalização definida como “a fusão e interpenetração de capitais de distintas origens nacionais, investidos em processos de produção e acumulação globalmente dispersos”, o que se distingue da mera extensificação supranacional dos fluxos econômicos (Aguiar, 2024). Aderindo à “escola do capitalismo global” (Robinson, 2004), o trabalho delineia os passos, nem sempre bem-sucedidos, de elites e frações de classe nacionais

na constituição de “uma rede em que se fundem e se interlaçam capitais de distintas origens, cujo objetivo é promover a acumulação global” (Aguiar, 2024).

Os casos da Natura & Co. e da Vale S.A. demonstram que a expansão da fronteira da acumulação é um processo complexo e, sobretudo, heterogêneo, vinculando estratégias empresariais a estruturas socioeconômicas cíclicas, segmentadas setorialmente. Embora a estratégia de transnacionalização da Natura & Co “falhe”, enquanto a seguida pela Vale S.A. seja “bem-sucedida”, a interpenetração de capitais avança em ambos os casos, transformando as estruturas empresariais internas, com destaque para a fragmentação do capital social, e instituindo novos polos de força, nos quais predominam investidores institucionais estrangeiros. Nesse sentido, nenhuma das corporações prévias “existe mais”. A análise esclarece, assim, a distribuição assimétrica do poder corporativo em redes globais de produção,²³ não plenamente moldável de uma perspectiva estratégica, e se sujeitando, portanto, a dinâmicas de acumulação que o transcendem.

O artigo “La Megarregión Texas-Noreste de México, el Eje Winnipeg–Megarregión de los Grandes Lagos y el Corredor T-MEC”, de autoria de Juan Manuel Sandoval e Marcela de Lourdes Orozco, discute as condições infraestruturais da reconfiguração da mobilidade do capital em uma nova etapa do processo de acumulação capitalista, a do capitalismo global. Os autores articulam os novos papéis assumidos pelos “Estados transformados” aos interesses de “agentes de la Clase Capitalista Transnacional/CCT” com vistas à conformação de novos espaços de acumulação por meio do estabelecimento de “tratados de libre comercio y acuerdos de promoción y protección de Inversiones”. A noção de Zona Específica de Intensa Acumulação (ZEIA) diz respeito então à conjugação de formas de “localización de procesos fragmentados de producción industrial y de creación de nuevos complejos industriales”

²¹ Indico conferir Fligstein e McAdam (2015).

²² Indico conferir Heidenreich (2012).

²³ Indico conferir Henderson *et al.* (2011).

e de securitização e militarização em escala geográfica transnacional.

A análise das regiões transfronteiriças, ou melhor, das “regiones binacionales geoestratégicas”, apoiadas em corredores de integração logística transnacionais, a partir do Tratado México-Estados Unidos-Canadá (T-MEC) de 2018, indica que as condições efetivas do processo de reprodução ampliada do capital em sua nova etapa tornam indissociáveis, no plano global, as dinâmicas da decisão econômica, particularmente de investimento, e do controle estatal sobre o território, com destaque para a coordenação de seus fluxos.

O artigo “Poder financeiro e ação estatal: o Banco Central do Brasil e os imbricamentos público-privados de interesses, ideias e infraestruturas”, de Pedro Mouallem, aprofunda a investigação sobre as “formas de exercício de poder por atores financeiros sobre a ação estatal no Brasil”. O trabalho aprecia de modo abrangente o debate especializado na economia política e na sociologia econômica sobre a relação entre mercados financeiros e Estados, destacando a expansão da reflexão sobre os “imbricamentos público-privados das finanças” e os processos de refundação institucional do capitalismo que os seguiram. As posições em debate destacam, de um lado, o poder adquirido pelos bancos centrais nacionais para “governar através dos mercados” e, de outro, sua cooptação por mercados e agentes financeiros, convergindo, entretanto, por “tratar Estados e mercados financeiros como dois conjuntos de atores com papéis, interesses e instrumentos de ação distintos”.

O trabalho descortina, então, uma perspectiva alternativa do exercício do poder, propriamente infraestrutural, a partir de três dimensões – a política monetária, o sistema de pagamentos e a regulação financeira –, demonstrando como os “bancos centrais se imbricam aos mercados financeiros, tornando-se parte de seu alicerce institucional”. Assim, a formação e o desenvolvimento de preferências das elites políticas e econômicas constituem

processo continuado e bidirecional, ocorrendo “por meio de procedimentos, regras e tecnologias operadas simultaneamente por atores estatais e financeiros”. Seja pela incorporação das expectativas dos agentes financeiros na formulação da política monetária, pelo compartilhamento de funções de regulação e operação de arranjos de pagamento, ou pelo estabelecimento de mecanismos de produção e compartilhamento de informações entre atores públicos e privados sobre regulação de risco sistêmico, o artigo explicita os modos através dos quais o poder infraestrutural das finanças sobre o Banco Central do Brasil se amplia, com a participação decisiva dessa agência estatal.

Encerrando o dossiê, o artigo de Rodolfo Dias e Rodrigo Santos, “Estruturas de propriedade e entrelaçamento de diretorias e conselhos no setor bancário brasileiro contemporâneo: uma análise empírica da elite financeira nacional”, se debruça sobre um segmento financeiro da elite econômica brasileira, analisando dados de “700 indivíduos” integrantes das diretorias executivas e conselhos de administração dos 25 bancos brasileiros que negociavam suas ações na B3 em 2022. A análise operacionaliza a noção de elite financeira em dois eixos assimetricamente complementares, as estruturas proprietária e decisória dessas “organizações dedicadas ao ciclo do capital dinheiro”, cujo poder sobre outras organizações reside na combinação entre a crescente demanda de capital por parte de empresas não financeiras e a concentração desse recurso por parte dos bancos.

O artigo demonstra empiricamente a existência de uma elite financeira brasileira hierarquizada e capaz de transmitir recursos em espaços institucionais fechados. Assim, emprega a ARS para sustentar três argumentos-chave. Em primeiro lugar, essa elite é conformada nacionalmente a partir da diferenciação entre direitos de propriedade e de controle, sustentada pela estrutura de propriedade dual que caracteriza o setor. Por sua vez, essa elite é estratificada através de duas estruturas institucionais diferenciadas (conselhos de ad-

ministração e diretorias), isto é, entre segmentos primário (a “elite da elite”) e secundário respectivamente, conformando características diferenciadas de trajetórias educacionais e profissionais, impondo consideração mais cuidadosa acerca da heterogeneidade interna das elites. Por fim, diretorias e, principalmente, conselhos de administração constituem estruturas institucionais cruciais para a “transmissão de recursos materiais e imateriais no âmbito da elite financeira brasileira”. Em síntese, coesão, hierarquia interna e transmissibilidade de recursos conformam as condições necessárias para o exercício do poder corporativo por parte da elite financeira brasileira, tema que merece exploração mais detida no futuro.

* * *

O conjunto de trabalhos aqui apresentado buscou revelar as estruturas socioeconômicas em que as corporações se inserem e como tais estruturas moldam a ação da empresa e de seus agentes. Além disso, mostrou-se como contextos políticos e institucionais, bem como as lutas sociais, influenciam o exercício do poder e a conformação de estratégias corporativas.

Espera-se, portanto, que este dossiê traga novos elementos ao debate sobre empresas e poder corporativo, com análises particularmente focalizadas no Brasil e na América Latina, que atravessam fronteiras teóricas, geográficas e entre espaços sociais, mobilizando um aparato conceitual que inter-relaciona as dimensões estruturais e de agência com grande variedade metodológica. Como resultado, apresenta-se nas páginas a seguir um quadro complexo de questões, que esperamos que estimulem novas pesquisas no campo.

Recebido para avaliação em 21 de março de 2024
Aceito para publicação em 13 de agosto de 2024

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, T. Transnacionalização corporativa no Brasil: os casos Natura &Co e Vale S.A. *Caderno CRH*, Salvador, v. 37, 2024.
- SANDOVAL, J. M.; OROZCO, M. L. La Megarregión Texas-Noreste de México, el Eje Winnipeg-Megarregión de los Grandes Lagos y el Corredor T-MEC. *Caderno CRH*, Salvador, v. 37, 2024.
- AGUIAR, T. *O solo movediço da globalização: trabalho e extração mineral na Vale S.A.* São Paulo: Boitempo, 2022.
- BIZBERG, I. *Diversity of Capitalisms in Latin America*. Cham: Palgrave Macmillan Cham, 2019.
- BLOCK, F.; EVANS, P. The state and the economy. In: SMELSER, N. J.; SWEDBERG, R. (ed.). *The Handbook of Economic Sociology*. 2. ed. Princeton: Princeton University Press; New York: Russell Sage Foundation, 2005. p. 505-527.
- CÁRDENAS, J. La organización en red del poder corporativo. Una tipología de redes corporativas. *Revista Internacional de Sociología*, Córdoba, v. 70, n. 1, p. 77-105, 30 abr. 2012. Disponível em: <https://revintsociologia.revistas.csic.es/index.php/revintsociologia/article/view/432>. Acesso em:
- CARROLL, W. K.; SAPINSKI, J. P. *Organizing the 1%: how corporate power works*. Black Point: Fernwood Publishing, 2018.
- CARROLL, W. K. *The making of a transnational capitalist class: Corporate power in the 21st century*. London: Zed Books, 2010.
- CONSTANZO, D. Centrão e empreiteiras no impeachment de Dilma Rousseff. *Caderno CRH*, Salvador, v. 37, 2024.
- CROUCH, C. *The Strange Non-Death of Neoliberalism*. Cambridge: Polity, 2011.
- DIAS, R. P.; SANTOS, R. S. P. Estruturas de propriedade e entrelaçamento de diretorias e conselhos no setor bancário brasileiro contemporâneo: uma análise empírica da elite financeira nacional. *Caderno CRH*, Salvador, v. 37, 2024.
- DIAS, R. P. *A burguesia financeira em rede: as conexões dos grandes grupos financeiros brasileiros*. Curitiba: Appris, 2022.
- DICKEN, P. *Global shift: mapping the changing contours of the world economy*. 7. ed. New York: Guilford, 2015.
- ETZIONI, A. *Essays in Socio-Economics*. [Heidelberg]: Springer, 1999.
- FLIGSTEIN, N.; MCADAM, D. *A theory of fields*. Oxford: Oxford University Press, 2015.
- FLIGSTEIN, N. *The architecture of markets: an economic sociology of twenty-first-century capitalist societies*. Princeton: Princeton University Press, 2001.
- FRASER, N. *Cannibal capitalism: how our system is devouring democracy, care, and the planet – and what we can do about it*. London: Verso, 2022.
- GRANOVETTER, M. Business groups and social organization. In: SMELSER, N. J.; SWEDBERG, R. (ed.). *The Handbook of Economic Sociology*. 2. ed. Princeton: Princeton University Press, 2005. p. 429-450.
- HEIDENREICH, M. The social embeddedness of multinational companies: A literature review. *Socio-Economic Review*, Oxford, v. 10, n. 3, p. 549-579, 2012. Disponível em: <https://academic.oup.com/ser/article/10/3/549/1685793>. Acesso em:
- HENDERSON, J. et al. Redes de produção globais e a análise do desenvolvimento econômico. *Revista Pós Ciências Sociais*, São Luís, v. 8, n. 15, p. 143-170, 2011.

Disponível em: <https://periodicosletronicos.ufma.br/index.php/rpcsoc/article/view/590>. Acesso em:

LIMA, R. J. C.; DULCI, J. Corporações, estratégias e instituições: uma análise da Nissan no Brasil. *Caderno CRH*, Salvador, v. 37, 2024.

MOUALLEM, P. S. B. Poder financeiro e ação estatal: o Banco Central do Brasil e os imbricamentos público-privados de interesses, ideias e infraestruturas. *Caderno CRH*, Salvador, v. 37, 2024.

MOUALLEM, P. S. B. *Direito e política na arquitetura de mercados: o processo de reconstrução do mercado bancário brasileiro*. 2021. Tese (Doutorado em Direito) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.

NIEDERLE, P. A.; SANTOS, R. S. P. dos; MONTEIRO, C. F. Interpretações institucionalistas sobre as transformações dos capitalismos brasileiros: da pretensão neodesenvolvimentista à predação. *Revista Brasileira de Sociologia*, Porto Alegre, v. 9, n. 22, p. 9-44, 2021. Disponível em: <https://rbs.sbsociologia.com.br/index.php/rbs/article/view/836>. Acesso em:

POLANYI, K. (org.). *A subsistência do homem e ensaios correlatos*. Rio de Janeiro: Contraponto. 2012.

ROBINSON, W. I. *A theory of global capitalism: production, class, and state in a transnational world*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2004.

ROBINSON, W. I. *Can Global Capitalism Endure?* Atlanta: Clarity Press, 2022.

SANTOS, R. S. P. dos; MILANEZ, B. Poder corporativo e ação econômica: reflexões a partir da mineração de ferro. *Política & Trabalho: revista de ciências sociais*, João Pessoa, n. 48, p. 95-113, jan./jun. 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/politicaetrabalho/article/view/37762>. Acesso em:

SCHARPE, F. W. Games real actors play: actor-centered institutionalism in policy research. New York: Taylor & Francis, 2018.

STREECK, W. *Tempo comprado: a crise adiada do capitalismo democrático*. São Paulo: Boitempo, 2019.

SWEDBERG, R. *Interest*. Maidenhead: McGraw-Hill Education, 2005.

THOMPSON, H. *Disorder: Hard Times in the 21st Century*. Oxford: Oxford University Press, 2022.

WEISS, L. (ed.). *States in the global economy: bringing domestic institutions back in*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA:

Rodrigo Salles Pereira dos Santos – Conceitualização; Investigação; Metodologia; Administração do projeto; Supervisão; Escrita – esboço original; Escrita – revisão e edição.

Rodolfo Palazzo Dias – Conceitualização; Investigação; Metodologia; Administração do projeto; Escrita – esboço original; Escrita – revisão e edição.

Thiago Aguiar – Conceitualização; Investigação; Metodologia; Administração do projeto; Escrita – esboço original; Escrita – revisão e edição.

Rodrigo Salles Pereira dos Santos – Doutor em Ciências Humanas (Sociologia) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professor do Departamento de Sociologia da UFRJ. Coordena os grupos de pesquisa Desenvolvimento, Trabalho e Ambiente (DTA) e Laboratório de Economia Política da Corporação (LEPoC), desenvolvendo pesquisas na área de sociologia econômica. Suas mais recentes publicações são o artigo *Political and institutional embeddedness of FDI: a case study of Nissan in Rio, Brazil*. RBCS, v. 39, p. e39001, 2024 (com Lucas Walmrath), e a coletânea *Trabalho e mudança social: efeitos da indústria automotiva no Rio de Janeiro*. 1ª ed. São Paulo: Annablume, 2022. 616 p. (com José Ricardo Ramalho).

Rodolfo Palazzo Dias – Doutor em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Professor do Departamento de Sociologia e Ciência Política da UFSC, coordena o Núcleo de Estudos Sociopolíticos do Sistema Financeiro (Nesfi), desenvolvendo pesquisas na área de Sociologia Econômica e Sociologia Política. Suas mais recentes publicações são o livro *A burguesia financeira em rede: as conexões dos grandes grupos financeiros brasileiros*, publicado pela editora Appris (2022), além de outros textos utilizando Análise de Redes Sociais para estudar agentes estatais – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e Banco Central do Brasil (BCB) – e colunistas econômicos.

Thiago Aguiar – Doutor em Sociologia pela Universidade de São Paulo (USP), *visiting research fellow* no King's College London e pesquisador de pós-doutorado no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH), da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), é associado ao Laboratório de Economia Política da Corporação (LEPoC) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), ao Centro de Estudos dos Direitos da Cidadania (Cenedic-USP), e membro do grupo de trabalho Fronteiras, regionalização e globalização, do Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais (CLACSO). Publicou, entre outros textos, o livro *O solo movediço da globalização: trabalho e extração mineral na Vale S.A.*, pela editora Boitempo, em 2022.

